

ASSEMBLEIA GERAL

Realizou-se em 9 de Junho uma Assembleia Geral da Almargem, com objectivo principal de analisar os relatórios de actividades e de contas de 2013, os quais foram aprovados. Também em debate esteve uma proposta da Direcção acerca da situação dos sócios com bastantes quotas em atraso (dois ou mais anos). Foi decidido enviar uma circular a esses sócios, por email ou carta, com vista à resolução do problema até fins do próximo mês de Julho, incluindo formas alternativas ou um plano faseado de pagamento, sem o que seremos obrigados a excluí-los. Não é uma decisão agradável de tomar mas, na verdade, há que fazer justiça aos muitos associados que efectivamente se preocupam com a sua associação e procuram apoiá-la, no mínimo, pagando a respectiva quota anual.

CANDIDATURAS EEA GRANTS

Em 1994, Noruega, Islândia e Liechtenstein (antigos membros da EFTA) estabeleceram com a União Europeia o Acordo EEA (European Economic Area), através do qual disponibilizam fundos para projectos em vários países europeus que promovam a tolerância, a igualdade de oportunidades e a sustentabilidade ambiental. Daí a criação dos EEA Grants que, em Portugal, desde 2013, são geridos pela Fundação Calouste Gulbenkian que lançou o Programa Cidadania Activa, destinado a apoiar as ONGs. Apesar das quatro modalidades deste programa estarem muito viradas para a área social, a Almargem decidiu este ano elaborar três candidaturas na área do ambiente, duas delas de grande fôlego e com parcerias obrigatórias, a outra de menor dimensão, virada para o reforço da formação e estruturação das ONGAs algarvias. Uma das primeiras não chegou a ser apresentada porque implicava uma parceria com um gabinete de advogados com vista a constituir uma plataforma técnica e jurídica de apoio a intervenções de cidadãos e organizações ambientais. Apesar de algum empenhamento do próprio Conselho Distrital de Faro da Ordem dos Advogados, não surgiu nenhum interessado em ser nosso parceiro neste projecto, o que muito lamentamos. Um segundo grande projecto foi efectivamente apresentado, contando à partida com a parceria do ICNF e do IEFP, destinando-se a promover a divulgação e a dinamização socioeconómica dos espaços naturais protegidos do Algarve. Vamos agora aguardar a decisão do júri relativamente a este e ao projecto de menor dimensão acima referido.



OUTRAS ACTIVIDADES RECENTES

Um já muito aguardado Fim-de-semana com Plantas e um Curso de Formação sobre Horticultura e Fruticultura em Modo de Produção Biológico (com apoio da Casa da Cultura de Loulé) marcaram o calendário de actividades da Almargem no passado mês de Maio. Relevo também para uma exigente caminhada no topo da Serra do Caldeirão (Figueirinha, Vale Luís Neto) e para outra, bem mais suave, em volta de Cabanas de Tavira. A outro nível, a Almargem tomou posição pública sobre o projecto de instalação da IKEA na zona dos Caličos (Loulé), documento que pode ser consultado no nosso website. Começámos também a receber e a processar as primeiras respostas das Juntas de Freguesia ao inquérito que lhes enviámos sobre a situação local das populações de Anfíbios.

O FLAGELO DOS SACOS DE PLÁSTICO

Segundo as diversas estimativas, cada português utilizará, em média, 160 a 500 sacos de plástico por ano. Trata-se de 1 a 5 biliões de sacos, dos quais a maioria acaba por ir parar aos aterros sanitários e incineradores, muitos deles transformados em sacos de lixo comum. Mas uma quantidade significativa (entre 100 a 300 milhões) acaba na rua, poluindo os campos, os rios e o mar. Na Europa, a situação não é muito diferente, apesar de Portugal estar entre os dez países que mais sacos de plástico utiliza. Segundo a Comissão Europeia, os sacos de compras que os europeus trazem para casa todos os anos e que depois são abandonados, atingirão o número assustador de cerca de 8 biliões. A Comissão Europeia propôs assim ao Parlamento Europeu uma resolução (aprovada em Abril último) que obriga os estados membros a adoptar medidas urgentes para



diminuir este flagelo ecológico, colocando como meta uma redução de 80% até 2019. As principais soluções até agora propostas no sentido de fazer diminuir o consumo de sacos, passam pela venda de sacos de compras reutilizáveis, pela venda dos próprios sacos de plástico, pela redução paulatina da disponibilização dos sacos nas grandes superfícies ou pela aplicação de uma ecotaxa sobre esses mesmos sacos. Esta última solução foi já adoptada nos Açores, cujo parlamento regional aprovou em Maio uma proposta nesse sentido apresentada por um deputado do PCP, através da qual um saco poderá vir a custar ao consumidor um máximo de 5 cêntimos. Curiosamente, o mesmo PCP votou recentemente, ao lado da maioria PSD-CDS, contra uma proposta do PS na Assembleia da República que visava obrigar as grandes superfícies a efectuar descontos a quem não quisesse utilizar os sacos de plástico disponibilizados para transporte das compras. O principal argumento do PCP tem a ver com o facto de muitas pessoas, sobretudo as de menores posses, reutilizarem os sacos de compras como sacos de lixo e caso aqueles comesçassem a escassear, iriam ser obrigados a comprar outro tipo de sacos de lixo mais caros. Como se vê, este assunto está longe de ser consensual e as soluções apresentadas nunca agradam a toda a gente. Em primeiro lugar, há que ter em conta os interesses da indústria dos plásticos que ganha incontáveis milhões com a produção dos sacos. Depois surgem as grandes superfícies e os comerciantes em geral, cujos lucros poderiam ser afectados pela aplicação de uma ecotaxa sobre os sacos de plástico. As próprias empresas de reciclagem agradecem certamente que os resíduos de plástico continuem a afluir em boa quantidade aos ecopontos e aterros. Do ponto de vista do consumidor existe uma grande falta de sensibilização e também um certo comodismo que impede, por exemplo, a criação de hábitos de utilização sistemática de sacos de compra não descartáveis trazidos de casa. Mas este é, sem sombra de dúvidas, um dos caminhos mais correctos a seguir.

PESQUISA DE HIDROCARBONETOS NA COSTA ALGARVIA

A vertente continental e zonas abissais da costa algarvia abaixo dos 200 metros encontram-se actualmente divididas em 7 blocos, correspondentes a outras tantas concessões para exploração de hidrocarbonetos. No litoral sul, a concessão pertence, desde 2013, à Repsol em parceria com a Partex, contabilizando-se dois blocos já avaliados e com contrato de concessão assinado (Lagostim e Lagosta) a Sotavento, mais dois blocos a Barlavento em fase de negociação e pesquisa, para além de um outro bloco mais afastado, na mira da empresa Panoceanic Energy, ainda em avaliação. Na Costa Vicentina é a parceria Galp/Petrobras que detém, desde 2010, dois blocos também já avaliados (Gamba e Santola). Os primeiros poços exploratórios estavam previstos iniciar-se ainda este ano, mas foram adiados devido à nova legislação europeia sobre exploração de gás e petróleo offshore (Directiva 2013/30/EU). A Almargem tem-se mantido atenta a este assunto que, à partida, levanta muitas dúvidas acerca dos potenciais riscos para o ambiente marinho mas não só. Antes de mais é preciso sublinhar que a cota dos 200 metros de profundidade, fronteira mais próxima destas concessões, situa-se a uns 8 km da costa frente à Culatra e ao Cabo de S. Vicente, afastando-se mais noutros locais, por exemplo, cerca de 30 km frente a Albufeira. Tendo em conta que o horizonte oceânico observado da costa algarvia se situa entre 5 km (visto da praia) e 30 km (do alto de uma falésia elevada) e que as plataformas de exploração atingem por vezes mais de 100 metros de altura, conclui-se que a paisagem da nossa costa poderia alterar-se radicalmente caso as plataformas se viessem a situar perto da referida fronteira. Estamos, por outro lado, perante um cenário de “deep offshore drilling” (perfurações oceânicas profundas), que implica riscos muito maiores. Neste caso, as plataformas não passam de enormes jangadas flutuantes ancoradas ao fundo do mar e sujeitas às, por vezes muito violentas, tempestades marítimas, para além de todo o tipo de potenciais acidentes relacionados com as operações de perfuração, extracção, manutenção, transfeira do produto e aumento do tráfego de navios. O secretismo que até agora tem imperado em volta deste tema, tem, por isso, de acabar. Antes de mais, o governo e as empresas concessionárias devem organizar um período alargado de discussão pública, de forma a que todos os cidadãos possam ser informados sobre o que está efectivamente em causa. E isso tem forçosamente que acontecer antes de as primeiras perfurações de prospecção se iniciarem, sob pena de, mais uma vez, estarmos perante um facto consumado de difícil reversão.

